

Governo aumenta sua previsão de déficit público para 6,5%

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O governo está revendo a previsão para o déficit público deste ano e já trabalha com a expectativa de que a necessidade de financiamento do setor público, pelo conceito operacional (que desconta as correções cambial e monetária), fique em 6,5% do PIB e não mais em 5,5%, conforme foi estimado anteriormente. A informação foi dada a este jornal pelo assessor do ministro da Fazenda, Mikal Gartenkraut.

Este aumento de 1% do PIB no déficit operacional reflete o impacto sobre os compromissos de juros assumidos pelo Tesouro Nacional com os títulos federais que coloca, seja junto ao mercado ou junto ao Banco Central. O cálculo supõe que seja praticado até o final do ano uma taxa de juro real na LFT (Letra Financeira do Tesouro), no "overnight" ao nível de 3,41% por mês e mantida a inflação no patamar de 30% ao mês.

A conjugação entre um patamar palatável de déficit público e o nível de juro ideal que permita ao Banco Central desenvolver uma política monetária restritiva é o principal ponto de



Mikal Gartenkraut

discussão entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI), a nível técnico, com vistas a um acordo que abra caminho para novos financiamentos do exterior.

LIQUIDEZ

O problema é que não há garantia de que uma taxa de 3,41% real ao mês, no último trimestre do ano, seja suficiente para que o Banco Central consiga limitar a metade do nível de inflação o valor da emissão primária de moeda e dos meios de pagamento, como se pretende. A pressão por liquidez demandada pelos exportadores e pelo próprio Tesouro Nacional, em função do nível do déficit, terá

que ser coberta com a colocação de títulos, até mesmo com os papéis que estão hoje na carteira do BC. Mas a incógnita é saber se o mercado está disposto a financiar esta liquidez aplicando em título com rendimento de 3,41% real, taxa da LFT praticada em julho.

A realidade de agosto mostrou que o BC precisou elevar para 4,75% real ao mês a taxa do "overnight" da LFT para assegurar o controle da liquidez e manter a variação dos preços em ritmo de estabilidade. Se esta tendência perdurar até o final do ano, com o mercado forçando por taxas de juros a cada mês mais elevadas como condição para absorver os títulos do governo, o déficit público operacional fechará o ano bem acima da relação de 6,5% do PIB, que já é um nível elevado quando comparado com o déficit operacional de 4,2% do PIB apurado em dezembro de 1988.

O FMI entende que a prioridade para o Brasil agora é manter estável o nível da inflação e admite colocar em segundo plano a questão do déficit público, mas tem receio de sancionar um programa que resulte em um crescimento

desproporcional na necessidade de financiamento do Tesouro Nacional, colocando em risco a credibilidade da própria instituição.

Os exercícios feitos até aqui pressupõem que a base monetária e os meios de pagamento, pelo conceito do M1 (que soma depósitos a vista mais papel-moeda em poder do público), cresçam à taxa de 15% ao mês em outubro e novembro, com um aumento em torno de 30% em dezembro, quando normalmente é maior a demanda por moeda da parte do público. O FMI prefere maior arrocho nas metas dos agregados monetários, mas no governo brasileiro alguns técnicos consideram difícil até mesmo garantir uma taxa de expansão de 15% ao mês. A própria inflação que corrói o valor do cruzado novo força um aumento na emissão da moeda em termos nominais.

Na esfera estritamente técnica, um entendimento com o FMI tem condições de avançar quando se chegar a uma equação que amarre um nível ótimo de juros com um parâmetro de déficit público que possa ser atingido dentro do limite aceitável pelo organismo internacional.